



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR**

Recebido em 28 de 03 de 1996

Gabinete do

Tereza Numa



OFÍCIO GS/GCG/Nº 0141/96

João Pessoa, 28 de março de 1995

Ação de Assistência ao Governador

Em 29 / 03 / 96

Senhor Presidente,

Secretário Legislativo



Cumprimentado-o cordialmente, encaminho a V.Ex.<sup>a</sup>, Mensagem nº003/96, relativa ao Projeto de Lei que "Autoriza CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dá outras providências".

Sendo só para o momento, subscrevo-me renovando votos de elevado apreço.

Atenciosamente,

**OLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**  
Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente

Em 29 / 03 / 96

Diretor da Ass. ao Plenário

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS MARQUES DUNGA**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba  
NESTA



**ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR**



MENSAGEM Nº 003/96

João Pessoa, 28 de março de 1996

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Colenda Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei anexo, que autoriza a CAGEPA a assinar Convênios e contratar Operações de Crédito junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento, e Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Programa PRÓ-SANEAMENTO.

Essas operações de crédito não poderão ser efetivadas pelo Governo do Estado, que está com a sua capacidade de pagamento comprometida com a rolagem da dívida em andamento, restando a alternativa de utilização da empresa estadual de saneamento, que passa por período de recuperação significativa nos aspectos econômico-financeiros, para atender tal demanda.

No Projeto de Lei estão contempladas todas as exigências e pré-requisitos do Agente Financeiro, quando à hierarquização e seleção dos projetos e a vinculação de receitas necessárias a amortização dos empréstimos, bem como a sua viabilidade financeira na forma do inciso 2.4, da Circular nº 49, de 11 de junho de 1995, da C.E.F., quanto aos acréscimos necessários ao serviço da dívida e o montante, e origem de subsídios.

A amortização dos empréstimos ora requerida será feita em 216 meses, exceto quanto à modalidade Desenvolvimento Institucional, que ocorrerá em 120 meses, enquanto que o período de aporte da contrapartida será de 18 meses, findos os quais se inicia a amortização que será lançada nas contas de consumo, como parcela autônoma e rubrica própria, para sua identificação e registro especiais para fins de garantia e contabilidade.

Trata-se de valor diluído por todos os consumidores dos municípios beneficiados, enquanto outras amortizações foram assumidas pela CAGEPA, acrescidas a todas as contas do Estado, como ocorre com as dos sistemas de Patos e Sapé, onde a empresa é mutuário final. A diferença é que, para estas contratações, se exige vinculação de receita como garantia do empréstimo. Os outros financiamentos assumidos pelo Estado para obras diversas, não só na área de saneamento, constituem a dívida do Estado que, por sua rolagem feita em 1994, não permite novas contratações de financiamentos para as obras que a Paraíba necessita.

Ao Excelentíssimo Senhor





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**



Todos os projetos constantes deste plano de investimento foram devidamente hierarquizados e aprovados pelo Conselho Estadual de Habitação e se constituem importante instrumento de desenvolvimento do Estado inclusive no aspecto ambiental, pois, são obras de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos.

Isto posto e considerando a necessidade de se contar com a rápida aprovação da medida ora proposta possibilitando assim, a imediata execução das obras, requero a Vossa Excelência, que o Projeto tenha a tramitação de urgência de que trata o Artigo 64, Parágrafo Primeiro da Constituição do Estado.

No ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço, esperando contar com o apoio dos dignos integrantes dessa Augusta Casa Legislativa.



**JOSE TARGINO MARANHÃO**  
**GOVERNADOR**





## ESTADO DA PARAÍBA

PROJETO DE LEI Nº

404/96

AO EXPEDIENTE DO DIA

29 de 03 de 1996

Em, 28 de 03 de 1996

Presidente

**Autoriza a CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dá outras providências.**

**Art. 1º** - Fica a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, empresa estadual de economia mista, autorizada a assumir, mediante convênios e contratos os compromissos necessários à participação estadual no Programa PRÓ-SANEAMENTO, com recursos do FGTS, geridos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, com interveniência da Caixa Econômica Federal, como Agente Financeiro.

**Art. 2º** - Para o cumprimento desta Lei, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, fica autorizada :

- a - contrair, no exercício de 1996, perante o Agente Financeiro do programa mencionado, empréstimos até o montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- b - dar ao Agente Financeiro as garantias requeridas, inclusive autorização de vinculação de receitas tarifárias à amortização dos financiamentos e cumprir o pré-requisito do Programa de acrescer às tarifas o serviço da dívida contratada;
- c - implantar acréscimo temporário de tarifa, para amortização dos investimentos, no período de integralização da contrapartida obrigatória, totalizando 234 meses;
- d - acrescentar às contas mensais dos consumidores dos Municípios beneficiados com os investimentos, a Tarifa Temporariamente Acrescida (TTA), no valor máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para as economias de tarifa social, R\$ 1,00 (um real) para economias de tarifa normal até 10 m<sup>3</sup>, R\$ 2,00 (dois reais) para economias com consumo acima de 10 m<sup>3</sup> até 30 m<sup>3</sup>, e de R\$ 5,00 (cinco reais) para economias com consumo superior a 31 m<sup>3</sup> e as economias comercial, industrial e pública com consumo superior a 10 m<sup>3</sup>. Reajustável nos mesmos índices das contas vinculadas do





## ESTADO DA PARAÍBA



- e - a implantar em conta de consumo de água do Governo do Estado uma Tarifa Temporariamente Acrescida Especial, equivalente a 50% do subsídio necessário à complementação da amortização, do financiamento previsto nesta Lei, ficando o restante a ser integralizado pela empresa com recursos próprios ou com recursos municipais;
- f - registrar os bens adquiridos com os recursos dos financiamentos autorizados por esta Lei e incorporá-los ao Patrimônio da CAGEPA; e
- g - imputar ao município interessado, em caso de extinção do contrato de incorporação de concessão, o valor total do investimento que se constituirá em dívida do sistema de saneamento local, com a reversão de bens para o Patrimônio Público Municipal.

**Parágrafo único** - A Tarifa Temporariamente Acrescida, instituída por esta Lei, terá identificação e registros financeiros próprios e poderá ser reduzida à medida que o valor arrecadado ultrapasse o valor a ser amortizado.

**Art. 3º** - Os empréstimos de que trata o artigo anterior, subordinar-se-ão às condições previstas nas normas operacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Agente Financeiro.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Estadual fará incluir anualmente em contas do orçamento plurianual de investimentos e na proposta orçamentária, dotações globais para fazer face às despesas de concessão do subsídio necessário à complementação da amortização dos investimentos autorizados por esta Lei, através da Tarifa Temporariamente Acrescida Especial.

**Art. 5º** - O orçamento da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, consignará, em cada exercício, as dotações necessárias ao pagamento do principal, juros, comissões, taxas e demais encargos financeiros previstos nas operações de crédito autorizadas por esta Lei, identificando as receitas oriundas da Tarifa Temporariamente Acrescida, Subsídios do Governo Estadual, Subsídio da CAGEPA e Subsídio Municipal.

**Art. 6º** - A CAGEPA, para cumprimento desta Lei, subordina-se ao previsto no Art. 173 e seus Parágrafos, da Constituição Federal.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ass: [Signature]  
Aprovado em único Turno  
Em 23/04/96  
1.º Secretário



Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
Casa de Eptácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. \_\_\_\_\_ Sob No 406/96

EM, 21 / 07 / 19 96

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

de 19 \_\_\_\_

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa

Em 29 / 03 / 96

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator

o Deputado Benedito Taxano

Em, 21 / 4 / 19 96

Presidente



7

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 404/96**

**Autoriza a CAGEPA a Celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dá outras providências.**

Autor: O GOVERNADOR DO ESTADO  
Relator: Dep. ZENÓBIO TOSCANO

**PARECER**

**I - Relatório**

Honra-nos apreciar o Projeto de Lei nº 404/96, da lavra do Exmo. Sr. Governador do Estado, onde S. Exa. Autoriza a CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos e dá outras providências.

Em sua mensagem de nº 003/96, argumenta o chefe do executivo que, tais operações visam contemplar a população do Estado com novos investimentos na área de saneamento básico e fornecimento de água, ademais, reveste-se o Projeto de largo benefício para o Estado o qual importará em um pequeno encargo para a população.

Este é o relatório



## II - VOTO DO RELATOR

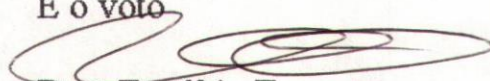
Cabe a esta relatoria, apreciar a Constitucionalidade, Juridicidade e Boa técnica Legislativa apresentadas na matéria governamental, diante de tais atribuições, procedo a análise e a formalização do voto.

### VOTO PELA CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA.

A proposição, ora em estudo, encontra-se calcada nos moldes da Carta Magna Estadual, haja vista tratar a epigrafada matéria de iniciativa própria e reservada ao Governador do Estado, pois trata-se o Projeto de Lei, de Autorização de abertura de crédito por uma autarquia estadual "in casu" a Companhia de Água e Esgotos do Estado - CAGEPA, junto a Ministérios e Agentes Financeiros, bem como alteração de tarifa, ambos descritos no artigo 63 do mencionado Diploma Constitucional.

Quanto aos aspectos de Juridicidade e Boa técnica Legislativa, encontra-se a proposição de forma satisfatória, sem entraves ou óbices. Desta feita, preenchidos os aspectos de satisfação legal perante este órgão técnico do Poder Legislativo da Paraíba, acato o Projeto de lei nº 404/96 em sua íntegra e voto por sua inteira Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa.

É o voto

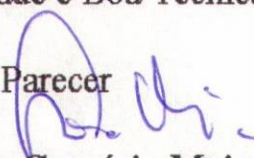


Dep. Zenóbio Toscano  
Relator

## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, resolve acostar-se harmônicamente ao voto do senhor relator, votando pela Constitucionalidade, juridicidade e Boa Técnica Legislativa do Projeto de Lei nº 404/96.

É o Parecer



Dep. Gervásio Maia  
Presidente





*[Signature]*  
Dep. Zenóbio Toscano  
Relator

*[Signature]*  
Dep. Antonio Ivo  
Membro

Dep. Luis Couto  
Membro

*[Signature]*  
Dep. Tarcizo Telino  
Membro

Dep. Aécio Pereira  
Membro

*[Signature]*  
Dep. Vani Braga  
Membro

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 93/04/96.

Tec. Bel. CRP.

*[Signature]*  
1º SECRETÁRIO

AD



*Estado da Paraíba*  
**Assembleia Legislativa**

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA



Projeto de Lei nº 404/96

Autoriza a CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dá outras providências.

AUTOR: O GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR:

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

Chega para análise desta Comissão de Mérito da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, o Projeto de Lei nº 404/96, da lavra do Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. José Targino Maranhão, onde busca o chefe do Executivo Estadual, Autorizar a CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dá outras providências.

Em 23 de abril de 1996

Este é o Relatório

II - VOT DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, fundamentada no Regimento Interno da Casa, manifestar-se quanto á sua compatibi-





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

2



COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

lidade ou adequação com o plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e Orçamento anual.

Destarte, não foi identificada nenhuma inadequação ou incompatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei do Orçamento Anual.

Deste modo, voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 404/96. É o voto.

Sala da Comissão, 23 de abril de 1996

Dep. 

RELATOR.

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, adota e recomenda o Parecer e Voto do Sr Relator, pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 404/96.

Este é o Parecer

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1996

Dep.  TARCIZO TELINO

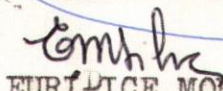
Presidente

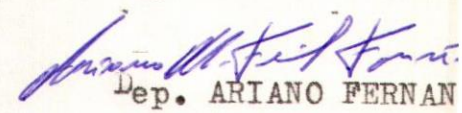
Dep.  JOSÉ LUIZ

Dep.  ZENÓBIO TOSCANO

Dep. FERNANDO MELO

Dep. FRANCISCA MOTTA

Dep.  EURIÍDICE MOREIRA

Dep.  ARIANO FERNAN

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

93 04 96

1ª SECRETARIA





*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



Ofício nº 616

João Pessoa, em 23 de abril de 1996.

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência, o autógrafo do Projeto de Lei nº 404/96, de sua autoria, que autoriza a CAGEPA a celebrar convênios e contratos de operação de crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dā outras providências.

Atenciosamente,

CARLOS DUNGA  
Presidente

Ao Exmº Senhor

JOSE TARGINO MARANHÃO

Governador do Estado da Paraíba

N E S T A /





Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



valor máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para as economias de tarifa social, R\$ 1,00 (um real) para economias de tarifa normal até 10 m<sup>3</sup>, R\$ 2,00 (dois reais) para economias com consumo acima de 10 m<sup>3</sup>, até 30 m<sup>3</sup>, e de R\$ 5,00 (cinco reais) para economias com consumo superior a 31 m<sup>3</sup>, e as economias comercial, industrial e pública com consumo superior a 10 m<sup>3</sup>. Reajustável nos mesmos índices das contas vinculadas do FGTS, conforme norma do Programa de Saneamento do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Caixa Econômica Federal;

e - a implantar em conta de consumo de água do Governo do Estado uma Tarifa Temporariamente Acrescida Especial, equivalente a 50% do subsídio necessário à complementação da amortização, do financiamento previsto nesta Lei, ficando o restante a ser integralizado pela empresa com recursos próprios ou recursos municipais;

f - registrar os bens adquiridos com os recursos dos financiamentos autorizados por esta Lei e incorporá-los ao Patrimônio da CAGEPA; e

g - imputar ao município interessado, em caso de extinção do contrato de incorporação de concessão, o valor total do investimento que se constituirá em dívida do sistema de saneamento local, com a reversão de bens para o Patrimônio Público Municipal.

**Parágrafo Único** - A Tarifa Temporariamente Acrescida, instituída por esta Lei, terá identificação e registros financeiros próprios e poderá ser reduzida à medida que o valor arrecadado ultrapasse o valor a ser amortizado.

**Art. 3º** - Os empréstimos de que trata o artigo anterior, subordinar-se-ão às condições previstas nas normas operacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Agente Financeiro.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Estadual fará incluir anualmente em contas do orçamento plurianual de investimentos e na proposta orçamentária, dotações globais para fazer face às despesas de concessão do subsídio necessário à complementação da amortização dos investimentos autorizados por esta Lei, através da Tarifa Temporariamente Acrescida Especial.

**Art. 5º** - O orçamento da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, consignará, em cada exercício, as dotações necessárias ao pagamento do principal juros, comissões taxas e demais encargos financeiros previstos nas operações de crédito autorizadas por esta Lei, identificando as receitas oriundas da Tarifa Temporariamente Acrescida, Subsídios do Governo Estadual, Subsídio da CAGEPA e Subsídios





Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



AUTÓGRAFO Nº 28

PROJETO DE LEI Nº 404/96

*Autoriza a CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e das outras providências.*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

*Art. 1º - Fica a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, empresa estadual de economia mista, autorizada a assumir, mediante convênio e contratos os compromissos necessários à participação estadual no Programa PRO-SANFAMENTO, com recursos do FGTS, geridos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, com intervenção da Caixa Econômica Federal, como Agente Financeiro.*

*Art. 2º - Para o cumprimento desta Lei, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, fica autorizada:*

*a - contrair, no exercício de 1996, perante o Agente Financeiro do programa mencionado, empréstimos até o montante de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);*

*b - dar ao Agente Financeiro as garantias requeridas, inclusive autorização de vinculação de receitas tarifárias à amortização dos financiamentos e cumprir o pré-requisito do programa de acrescer às tarifas o serviço da dívida contratada;*

*c - implantar acréscimo temporário de tarifa, para amortização dos investimentos, no período de integralização da contrapartida obrigatória, totalizando 234 meses;*

*d - acrescentar às contas mensais dos consumidores dos Municípios beneficiados com os investimentos, a Tarifa Temporariamente Acrescida (TTA), no*





14

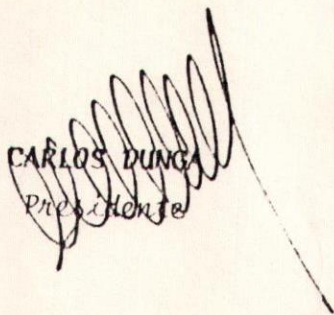
*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



Art. 6º - A CAGFPA, para cumprimento desta Lei, subordina-se ao previsto no Art. 173 e seus Parágrafos, da Constituição Federal.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pago da "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, em 23 de abril de 1996.

  
CARLOS DUNGA  
Presidente





## ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial  
DESTA DATA  
Em 24/04/96  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR  
Carminha

LEI Nº 6.254 , DE 23 DE ABRIL DE 1996



**Autoriza a CAGEPA a celebrar Convênios e Contratos de Operação de Crédito com o Ministério do Planejamento e Orçamento e Agentes Financeiros, oferecer garantias por empréstimos assumidos e dá outras providências.**

### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º** - Fica a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, empresa estadual de economia mista, autorizada a assumir, mediante convênios e contratos os compromissos necessários à participação estadual no Programa PRÓ-SANEAMENTO, com recursos do FGTS, geridos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, com interveniência da Caixa Econômica Federal, como Agente Financeiro.

**Art. 2º** - Para o cumprimento desta Lei, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, fica autorizada :

- a - contrair, no exercício de 1996, perante o Agente Financeiro do programa mencionado, empréstimos até o montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- b - dar ao Agente Financeiro as garantias requeridas, inclusive autorização de vinculação de receitas tarifárias à amortização dos financiamentos e cumprir o pré-requisito do Programa de acrescer às tarifas o serviço da dívida contratada;
- c - implantar acréscimo temporário de tarifa, para amortização dos investimentos, no período de integralização da contrapartida obrigatória, totalizando 234 meses;
- d - acrescentar às contas mensais dos consumidores dos Municípios beneficiados com os investimentos, a Tarifa Temporariamente Acrescida (TTA), no valor máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para as economias de tarifa social, R\$ 1,00 (um real) para economias de tarifa normal até 10 m<sup>3</sup> . R\$ 2.00 (dois reais) para economias com consumo





## ESTADO DA PARAÍBA



Reajustável nos mesmos índices das contas vinculadas do FGTS, conforme norma do Programa de Saneamento do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Caixa Econômica Federal;

- e - a implantar em conta de consumo de água do Governo do Estado uma Tarifa Temporariamente Acrescida Especial, equivalente a 50% do subsídio necessário à complementação da amortização, do financiamento previsto nesta Lei, ficando o restante a ser integralizado pela empresa com recursos próprios ou com recursos municipais;
- f - registrar os bens adquiridos com os recursos dos financiamentos autorizados por esta Lei e incorporá-los ao Patrimônio da CAGEPA; e
- g - imputar ao município interessado, em caso de extinção do contrato de incorporação de concessão, o valor total do investimento que se constituirá em dívida do sistema de saneamento local, com a reversão de bens para o Patrimônio Público Municipal.

**Parágrafo único** - A Tarifa Temporariamente Acrescida, instituída por esta Lei, terá identificação e registros financeiros próprios e poderá ser reduzida à medida que o valor arrecadado ultrapasse o valor a ser amortizado.

**Art. 3º** - Os empréstimos de que trata o artigo anterior, subordinar-se-ão às condições previstas nas normas operacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Agente Financeiro.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Estadual fará incluir anualmente em contas do orçamento plurianual de investimentos e na proposta orçamentária, dotações globais para fazer face às despesas de concessão do subsídio necessário à complementação da amortização dos investimentos autorizados por esta Lei, através da Tarifa Temporariamente Acrescida Especial.

**Art. 5º** - O orçamento da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, consignará, em cada exercício, as dotações necessárias ao pagamento do principal, juros, comissões, taxas e demais encargos financeiros previstos nas operações de crédito autorizadas por esta Lei, identificando as receitas oriundas da Tarifa Temporariamente Acrescida, Subsídios do Governo Estadual, Subsídio da CAGEPA e Subsídio Municipal.

**Art. 6º** - A CAGEPA, para cumprimento desta Lei, subordina-se ao previsto no Art. 173 e seus Parágrafos, da Constituição Federal.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa,  
23, de abril de 1996; 107 da Proclamação da República.